

Para 9 entre 10, violência contra mulheres aumentou, diz Datafolha

Homens que querem comprar arma têm visão menos positiva do feminismo

(Folha de S.Paulo, 14/04/2019 - acesse no site de origem)

A percepção de que aumentou a violência contra a [mulher](#) no último ano fica ao redor de 90% em todos os estratos etários e sociais.

Os maiores [índices](#) são registrados entre mulheres (93%) e brasileiros com ensino médio (94%). Nesses dois grupos, 85% e 86%, respectivamente, concordam totalmente com a afirmação de que cresceu a [violência contra mulheres](#), de acordo com pesquisa Datafolha.

Os menores índices aparecem entre as mais ricas, com renda familiar mensal superior a 10 salários mínimos (R\$ 9.980 em 2019). Ainda assim, 85% delas veem alta.

Embora a polarização política afete as opiniões sobre feminismo e sobre outras questões econômicas e sociais do país, não há diferença nessa percepção entre os que votaram em Jair Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT) ou branco ou nulo na eleição presidencial de 2018: 90% dos bolsonaristas e 92% dos restantes acham que a violência cresceu no ano passado.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que compila e classifica dados sobre esse fenômeno, ainda não tem resultados para 2018.

Nos últimos dados disponíveis, os feminicídios (quando o crime é cometido por menosprezo à condição feminina) cresceram 21% de 2016 para 2017, chegando a 1.133 casos em 2017, 1,1 para cada 100 mil mulheres.

Os homicídios com vítimas mulheres subiram 6,1%, chegando a 4.539 em 2017, 4,3 por 100 mil mulheres.

Os registros de violência doméstica e lesão corporal dolosa por 100 mil indivíduos ficaram estáveis. Foram 184 casos por 100 mil mulheres em 2017, num total de 193.482 registros. O número equivale a 22 casos por hora.

Os registros, porém, são uma pequena parcela dos casos de violência. Datafolha feito em fevereiro mostrou que 22% das mulheres que sofreram alguma agressão no último ano procuraram um órgão oficial.

Mais de um quarto (27%) delas relatou ter sofrido agressão em 2018. Insultos e humilhações foram o mais comum, mas ao menos 1 em cada 10 foi atacada fisicamente.

Para Thandara Santos, conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a percepção de alta da violência acontece não só porque esse tema tem sido mais visível, mas também pelo debate recente sobre acesso mais fácil a armas.

“Não é possível falar sobre armas sem tratar também de violência contra mulheres. Há potencial para aumentar o número de feminicídios, porque essa violência acontece

principalmente no ambiente doméstico”, diz.

Pesquisa do núcleo de gênero do Ministério Público de São Paulo mostra que 42% das agressões contra mulheres ocorre na casa da vítima.

De 2017 para 2019, o percentual de mulheres que dizem ter sido agredidas por pessoas conhecidas (companheiros ou ex-companheiros, vizinhos e familiares) aumentou de 61% para 76%.

Segundo o levantamento do Datafolha, a visão do feminismo é menos positiva na parcela de 30% dos homens que dizem pretender comprar armas para se defender, a partir da flexibilização promovida pelo governo.

Entre os que querem se armar, 47% dizem que o feminismo causa mais prejuízos que benefícios para a sociedade, e 40% veem mais benefícios. No outro grupo (os 70% que não pretendem se armar), a maioria (52%) vê mais benefícios que prejuízos; 38% acham o contrário.

O apoio ao feminismo também é menor no grupo que quer comprar armas: 44%, contra 47% que não o apoiam. Entre os que não querem se armar, 55% declaram apoio e 37% dizem não apoiar.

Embora a Lei Maria da Penha (de proteção a mulheres) seja considerada modelo no mundo, sobressaem os que discordam de que as leis brasileiras sejam adequadas para proteger as mulheres: 64% das não feministas, 57% das feministas, 54% dos homens pró-feminismo e 50% dos homens que não apoiam o feminismo.

“O gargalo não está na legislação, que é fruto de um consenso amplo. Está na não aplicação plena da lei, que é falha”, diz a presidente da comissão de diversidade sexual da OAB-SP, Marina Ganzarolli. Para ela, o sistema de proteção às brasileiras vítimas de violência é muito falho.

“Faltam equipamentos de saúde, assistência social e acolhimento institucional para mulheres em risco. O dia a dia ainda é de descaso com a mulher que denuncia”, diz ela.

Thandara chama a atenção para o fato de que a legitimação por figuras públicas de ideias machistas e as tentativas de evitar que questões de gênero sejam abordadas nas escolas podem prejudicar a prevenção da violência contra mulheres.

“Há um acirramento de posições, mas ninguém sabe bem do que está falando quando se usa o termo ‘ideologia de gênero’. Na prática, estamos falando de ensinar desde a infância que deve existir igualdade entre homens e mulheres, o que é ponto central para prevenir a violência futura.”

Para Flávia Biroli, da UnB, o crescimento de organizações de garotas em escolas “pode explicar parte da forte reação conservadora recente”. “Existe uma mudança muito grande na maneira como as meninas estão se vendo, por isso a escolha virou um alvo prioritário.”

A polarização do discurso político aparece na avaliação da cobertura da imprensa em casos de violência contra a mulher, mostra o Datafolha.

Para dois terços dos que votaram em Haddad, nulo ou branco, não há exagero na exposição desses casos.

Já os que elegeram Bolsonaro se dividem sobre essa afirmação: 48% veem exagero na exposição, enquanto 49% discordam da tese. No total dos brasileiros, 57% aprovam a cobertura da imprensa e 41% a consideram exagerada.

FEMINISMO?

O que é

Defesa de igualdade social, econômica e política entre homens e mulheres

As pioneiras

Em 1848 nos EUA há a 1ª convenção pelos direitos das mulheres. Sufragistas lutam pelo direito ao voto

Segunda onda

A partir de 1960, surgem três linhas: liberal, que foca espaço nas estruturas de poder; radical, que prega revolução das instituições, e cultural, que critica as outras por 'masculinizar as mulheres'

Terceira onda

Na virada do século, questiona conceitos de beleza e sexualidade. Defende um contínuo entre feminilidade e masculinidade, onde qualquer um pode entrar

Quarta onda

Assédio sexual, cultura do estupro e movimentos como #metoo se sobressaem

No Brasil hoje

Mulheres são 51,6% da população, 15% do Congresso, 45,6% dos trabalhadores, 26% dos diretores de empresa; Brasil é 85º entre 145 países em ranking de igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial

Seminário Nós e as Desigualdades - São Paulo/SP, 09/04/2019

Em sua segunda edição, a Oxfam Brasil lança em parceria com o Instituto DataFolha uma pesquisa de opinião pública nacional sobre como pensam os brasileiros e brasileiras sobre diversos aspectos relacionados às desigualdades, mobilidade social e políticas públicas - em especial tributação e gastos

O evento é gratuita. Faça sua inscrição [aqui](#).

O seminário Nós e as Desigualdades acontece no dia 9/4, das 13h30 às 19h no Tuca e irá discutir os resultados e implicações dessa pesquisa em dois painéis:

Painel 1: As desigualdades no imaginário brasileiro

À luz da pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha, este painel debaterá o imaginário brasileiro sobre as desigualdades. Como as desigualdades são percebidas no Brasil? O que orienta as construções de status na sociedade? Como as discriminações de gênero e raça contribuem para essas construções? O objetivo principal do painel é discutir formas de enfrentar as desigualdades tocando o imaginário das pessoas.

Participantes:

- Flávia Oliveira (jornalista da Globonews e CBN)
- Esther Solano (socióloga e pesquisadora na Unifesp)
- Henry Grazinolli (documentarista e roteirista da Social Docs)
- Mediação: Tauá Pires

Ementa Painel 2: políticas públicas para redução de desigualdades

Brasileiros querem um país mais justo. Demonstrações disso estão colocadas na Constituição Federal, e em reiteradas pesquisas de opinião. No entanto, desde a abertura democrática, progredimos menos do que almejamos em redução de desigualdades, estagnando em alguns momentos. À luz da pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha, este painel confrontará as políticas consagradas em termos de redução de desigualdades com as expectativas da população. Quais são as políticas públicas com maior impacto na redução de desigualdades? O que precisamos para expandi-las? O objetivo principal do painel é discutir como avançar em políticas considerando as opiniões dos brasileiros sobre estes temas.

Participantes:

- Luana Passos (economista e pesquisadora na UFMG)
- Marta Arretche (cientista política e pesquisadora na USP e no Cebrap)
- Jailson de Souza e Silva (diretor da Universidade Internacional de Periferias)
- Mediação: Adriana Couto

1.830 por hora

Violência à mulher no Brasil é onipresente: por conhecido, ou não, dentro ou fora de casa e em todas as idades

(Universa, 26/02/2019 - acesse a íntegra no site de origem)

No dia 30 de janeiro, uma massagista de 46 anos foi agredida em seu apartamento por um homem desconhecido. Ele foi identificado e preso um mês depois, após ela fazer uma denúncia na delegacia. Em 6 de fevereiro, outro homem ejaculou em uma universitária de 22 anos em

pleno transporte público. Ela gritou por ajuda, “mas ninguém fez nada”.

As duas histórias são sintomáticas do quadro de violência contra a mulher no Brasil: ela é onipresente. Ou seja, acontece dentro e fora de casa, atinge mulheres de todas as idades e o agressor pode ser conhecido ou não. As histórias ilustram os números apresentados pelo relatório “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, divulgado hoje (26) pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública).



Segundo o levantamento, 27,4% das mulheres do país sofreram algum tipo de violência ou agressão no último ano. Quase 80% dessas agressões foram praticadas por um conhecido, como cônjuge, ex-companheiro ou até vizinho. E cerca de 40% das agressões aconteceram no interior do próprio lar.

Quando se trata de assédio, como “cantadas”, comentários desrespeitosos ou assédio físico no transporte público, os números são ainda maiores: 37,1% das mulheres entrevistadas disseram ter passado por alguma dessas situações nos últimos doze meses.

Em valores absolutos, os resultados são assustadores. Segundo uma estimativa da pesquisa, são mais de 4,6 milhões de mulheres que sofreram uma agressão física (batidão, empurrão ou chute) propriamente dita no Brasil no último ano. O que dá, em média, 536 mulheres por hora. Para violências de qualquer tipo, são 16 milhões de mulheres -1.830 por hora.

Samira Bueno, diretora-executiva do FBSP, explica que o objetivo do estudo é produzir dados de qualidade sobre o tema, que permitam elaborar intervenções públicas efetivas no combate à violência contra a mulher. Devido a subnotificação dos casos, diz ela, os registros oficiais do estado não dão conta da dimensão do problema. “Queremos dar visibilidade para esses tipos de violência contra as mulheres que o poder público não consegue captar com as suas classificações.”

Somado a isso, afirma ela, a realidade política brasileira não favorece a elaboração e implementação de políticas públicas de combate à violência contra a mulher. “Os principais cargos públicos no Brasil são ocupados por homens. As mulheres não estão nos cargos prioritários importantes para pensar políticas públicas, o que dificulta a implementação de medidas para enfrentar violência de gênero”, diz Samira em entrevista ao UOL.

O levantamento, encomendado pelo Fórum, foi feito pelo Datafolha nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2019. Ao todo, 2.084 pessoas foram entrevistadas, entre homens e mulheres, em 130 municípios de todas as regiões do Brasil. A margem de erro para o total da amostra nacional é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos. As perguntas realizadas pela pesquisa tratavam de situações vividas pelas mulheres nos últimos 12 meses, traçando assim um perfil

das mulheres que já sofreram qualquer tipo de assédio, agressão, espancamento, ameaças e ofensa sexual.

Por que o aborto ainda não é discutido como questão de saúde pública?, por Beatriz Galli

Segundo pesquisa Datafolha, 56% dos brasileiros acham que o acesso ao aborto deve ser assegurado.

[\(HuffPost Brasil, 23/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Recentemente, a pesquisa Datafolha apontou a opinião dos brasileiros acerca do direito ao aborto. Os resultados foram claros: 56% acham que o acesso ao aborto deve ser assegurado. Desses, 22% apoiam que o aborto deveria ser permitido em mais situações do que as previstas na legislação atual. Ou seja, a maioria dos brasileiros quer manter ou ampliar o que está previsto na legislação atual.

O título “Contrários a qualquer tipo de aborto no Brasil atingem 41%”, causa espanto já que indica que uma minoria é contrária ao aborto em qualquer situação, sem dar destaque para o fato de que a maioria dos brasileiros permanece favorável a abordagens que respeitam a autonomia das mulheres.

A maioria dos brasileiros quer manter ou ampliar o que está previsto na legislação atual.

A pesquisa não traz elementos suficientes sobre a sua metodologia ou esclarece quais foram as perguntas feitas as pessoas que participaram. Também causa estranheza o fato de que os resultados apresentados se distanciam dos resultados das últimas pesquisas realizadas pelo mesmo órgão desde 1993, porém usando perguntas diferentes. A descontinuidade de metodologia mereceria um maior aprofundamento, pois afinal a quem interessaria modificar as perguntas sobre tema controverso que já veem sendo feito há mais de 25 anos?

Pesquisas de opinião têm utilidade limitada quando se trata de políticas públicas. Não é necessário conhecer a opinião da população para saber que a ilegalidade do acesso ao aborto é uma política ineficaz. Há um conjunto amplo de evidências científicas que demonstram que eliminar o aborto inseguro salva vidas de mulheres e fetos. Ao passo que criminalizar o aborto gera riscos para as mulheres, os fetos e a saúde reprodutiva da população. Em suma, ninguém ganha quando o aborto é criminalizado, mas a complexidade do tema é raramente objeto das pesquisas de opinião, que acabam reduzindo o tema a uma falsa oposição.

A escolha sobre como pautar o tema mostra o caráter parcial com que a pesquisa foi conduzida assim como a forma usada para divulgar os seus resultados. Uma outra forma de ler os resultados da pesquisa poderia ser a de que mais da metade dos brasileiros e brasileiras são

favoráveis ao acesso ao aborto no país.

A negação do direito a interrupção da gestação baseia-se na afirmação do direito absoluto à vida do embrião, desconsiderando as razões individuais e privadas de cada mulher, mesmo em caso de estupro. Se uma mulher estuprada decidir levar a sua gravidez adiante, a decisão de manter ou não a gravidez cabe somente a ela. Defender abertamente a alteração da legislação atual para obrigar a mulher a manter gravidez nessas condições, aceitando ajuda financeira, significa impor tal conduta a todas as mulheres, violando a sua dignidade, gerando uma situação análoga a tortura ou a violência de gênero para as que tivessem um entendimento diferente.

São pelo menos 500 mil abortos inseguros por ano no Brasil, realizados em situação de clandestinidade e risco em todo o País.

O estado estaria, então, extrapolando suas funções, interferindo diretamente em decisão de cunho privado que diz respeito a cada mulher e casal, com implicações graves para as suas vidas, a saúde física e psíquica. Essa mesma lógica valeria para outras pautas controversas, como a legalização das drogas ou a legalização do porte de armas, em que pesquisas de opinião com metodologias diferentes são produzidas ao longo do tempo, como resultados e interpretações diversas, nem sempre refletindo os valores e princípios democráticos voltados para a justiça social e o bem-estar de todos e todas.

São pelo menos 500 mil abortos inseguros por ano no Brasil, realizados em situação de clandestinidade e risco em todo o País. A pergunta a ser respondida pelos brasileiros é se queremos continuar a alimentar o dilema moral usando a ótica do direito penal para um tema de saúde pública.

Beatriz Galli é advogada, membro do Cladem-Brasil.

Ainda minoria, contrários a qualquer tipo de aborto no Brasil atingem 41%

46% apoiam ajuda financeira a vítimas de estupro que não abortarem, diz Datafolha

(Folha de S.Paulo, 10/01/2019 - acesse no site de origem)

Para 4 em cada 10 brasileiros, o aborto deve ser proibido em qualquer situação, mesmo nos casos que hoje são permitidos em lei, segundo pesquisa Datafolha. E 46% dos brasileiros acreditam que mulheres estupradas que engravidarem devem [receber ajuda financeira para ter o filho](#).

Atualmente, é [permitido abortar legalmente em três situações](#) no Brasil: quando a gravidez é decorrente de estupro, quando há risco à vida da mulher ou quando o feto é anencéfalo.

De acordo com o levantamento, 41% das pessoas acreditam que o aborto deve ser totalmente

proibido em qualquer situação, mesmo que a mulher corra o risco de morrer ou tenha sido estuprada.

Para outros 34%, as regras devem continuar como são hoje, e 16% dos entrevistados disseram que o abortamento deve ser permitido em mais situações do que as previstas atualmente. Apenas 6% dizem que deve ser permitido em qualquer situação.

O Datafolha ouviu 2.077 pessoas com 16 anos ou mais em 130 cidades em 18 e 19 de dezembro. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Há uma variação pequena entre o gênero dos entrevistados (embora mais mulheres do que homens acreditem que o aborto deveria ser totalmente proibido), mas a taxa varia sobretudo em relação à escolaridade e à renda dos ouvidos pelo instituto —mais ricos e com mais tempo de estudo tendem a defender menos restrições à interrupção da gravidez.

A legalização total do aborto é defendida por 5% dos entrevistados que ganham até dois salários mínimos. Entre quem ganha mais que dez salários, a defesa da legalidade da interrupção da gravidez em qualquer caso é de 19%.

Já entre quem tem só o ensino fundamental, 55% defende a proibição do aborto em qualquer situação. Para os com ensino superior, o mesmo índice fica em 18%. Também há uma diferença em relação à idade: entrevistados mais jovens são mais favoráveis à legalização.

Em [pesquisa Datafolha de agosto](#) (cuja pergunta tinha uma formulação diferente e, por isso, não pode ser comparada a esta), 59% dos entrevistados diziam que as regras para o aborto deveriam ser mantidas e 14% dizia que a interrupção voluntária da gravidez deveria ser permitida em qualquer caso.

Não há perspectiva de mudança na legislação para flexibilização do aborto no país, sobretudo no governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), cuja equipe tem se posicionado contrariamente a isso.

Uma possível legalização poderia partir do STF (Supremo Tribunal Federal) —que liberou em 2012 o aborto de fetos anencéfalos. A [Corte está julgando uma ação](#) que poderia permitir abortos voluntários feitos nas 12 primeiras semanas de gestação. A ação proposta pelo PSOL argumenta que os artigos do Código Penal que proíbem o aborto vão contra princípios fundamentais da Constituição, como o direito das mulheres à vida, à dignidade, à cidadania etc.

O tribunal promoveu [duas audiências públicas](#) em agosto para discutir o tema, com especialistas contrários e favoráveis. A advogada Angela Gandra Martins representou a União dos Juristas Católicos de SP e se manifestou contrária à legalização do aborto. Angela foi nomeada secretária da Família do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

À **Folha** Angela [disse que o ministério vai “celebrar a vida”](#). “Coerentemente, este é um ministério que defende os direitos humanos. A vida é um direito inviolável segundo a nossa Constituição. Vamos, naturalmente, por este caminho.”

METADE DA POPULAÇÃO DEFENDE ‘BOLSA-ESTUPRO’

A pesquisa Datafolha mostrou também que 46% dos entrevistados concordam com a frase “Mulheres estupradas que engravidarem não deveriam abortar e sim receber ajuda financeira para ter o filho” —34% concordam totalmente, e 12% em parte.

Assim como no caso da proibição do aborto, a concordância é mais alta entre os mais pobres (55%), menos estudados (58%) e mais velhos (56%). A aceitação também é muito maior no Nordeste (54%), a maior taxa, que no Sudeste (39%), a menor.

Há ainda uma diferença clara entre a aceitação da proposta entre cidades pequenas (58% nas de até 50 mil habitantes) e cidades grandes (33% entre as que têm mais de 500 mil habitantes).

Evangélicos neopentecostais são os mais favoráveis (54%) e adeptos de religiões afrodescendentes, os menos (25%).

Por outro lado, 51% discordaram da afirmação (40% totalmente e 10% em parte). A taxa de discordância é mais alta entre os mais instruídos e mais ricos (71%).

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora Damares Alves, chegou a [defender o estatuto do nascituro](#), um projeto que tramita no Congresso e prevê o pagamento de uma pensão para mulheres vítimas de estupro que decidirem manter a gravidez.

A proposta prevê que a pensão alimentícia e outros custos do sustento da criança sejam pagos pelo estuprador. Caso ele não seja identificado, o custeio deve ser feito pelo poder público, o que levou a proposta a ser apelidada no Congresso de “bolsa-estupro”.

Thiago Amâncio

[Para 74%, homossexualidade deve ser aceita pela sociedade, mostra Datafolha](#)

Maioria dos eleitores de Bolsonaro e de Haddad pensa que a homossexualidade deve ser aceita

[\(Folha de S.Paulo, 27/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Para 74% dos brasileiros, a homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade, mostra pesquisa Datafolha divulgada neste sábado (27). Outros 18% pensam que a homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade. Há ainda 8% que não opinaram sobre o tema.

A maioria dos eleitores de Jair Bolsonaro (PSL), segundo o instituto, pensa que a homossexualidade deve ser aceita: 67% dos eleitores de Bolsonaro a homossexualidade deve

ser aceita e para 25%, desencorajada. Entre eleitores de Haddad, esses índices são, respectivamente, de 83% e 10%.

Um dos temas discutidos nesta campanha foi a questão do “kit gay” —como Bolsonaro apelidou o projeto [Escola contra a Homofobia](#), que Haddad tentou implementar em sua gestão no Ministério da Educação. O material não chegou a ser distribuído nas escolas, mas o capitão reformado mostrou um exemplar de um livro que integraria o projeto em [entrevista ao Jornal Nacional](#).

Grupos de WhatsApp de apoio ao candidato do PSL e contrários ao petista compartilharam informações falsas sobre o “kit gay”.

Os mais jovens (84%), segundo a pesquisa, têm mais aceitação à ideia de que a homossexualidade deve ser aceita por todos, assim como os mais escolarizados (82%), mais ricos (82%) e católicos (80%).

Esse índice de aceitação fica abaixo da média entre os mais velhos (64%), menos escolarizados (67%), na região Norte (65%) e entre evangélicos (57%, ante 33% que acreditam que deve ser desencorajada).

A sondagem do Datafolha é um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. Foram entrevistados 9.173 eleitores, com 16 anos ou mais, em 341 municípios do país nos dias 24 e 25 de outubro de 2018.

A margem de erro máxima é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%. A pesquisa foi contratada pela **Folha** e pela TV Globo e está registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) com o número BR-05743/2018.

[Cresce apoio à descriminalização do aborto, aponta pesquisa Datafolha](#)

A maioria dos brasileiros, 57%, acredita que a mulher deve ser punida e ir para a cadeia por fazer um aborto, segundo pesquisa Datafolha. Mas a taxa de brasileiros favoráveis à descriminalização da prática aumentou no último ano, passando de 23% para 36% -7% dos entrevistados não souberam se posicionar.

[\(Folha de S.Paulo, 30/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

As opiniões não variam de acordo com o sexo do entrevistado -58% dos homens e 56% das mulheres são favoráveis à punição- o que é considerado um empate, já que a margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Em caso de estupro ou de risco de morte da mãe, quando o aborto já é permitido por lei, os brasileiros se mostram mais abertos à interrupção da gravidez. Para 61%, a mulher que corre esse risco deve ter o direito de abortar e, para 53%, a interrupção deve ser permitida para vítimas de estupro.

O levantamento foi realizado com 2.765 pessoas, em 192 municípios do país, nos dias 29 e 30 de novembro.

Quanto mais jovem, escolarizado e com maior renda familiar, mais favorável à descriminalização do aborto.

Os brasileiros de 16 a 24 anos são os mais contrários à punição: 44% acham que a mulher não deve ir para a cadeia por abortar. A taxa cai para 30% entre pessoas de 45 a 59 anos -61% deles defendem que o aborto deve continuar sendo um crime.

A apoio à descriminalização aumenta de acordo com o nível de escolaridade. Para apenas 34% das pessoas com ensino superior, a mulher deve ser punida por abortar, contra 71% entre brasileiros com ensino fundamental. Entre brasileiros com renda familiar mensal superior a dez salários mínimos, 70% apoiam a descriminalização. Já entre os que ganham até dois salários mínimos, essa taxa é de 26%.

O Nordeste e o Norte são as regiões mais favoráveis à punição da mulher: 66% e 65%, respectivamente, acreditam que o aborto deve ser crime. Já o Sudeste e Sul são as regiões mais abertas à descriminalização: 44% e 41% apoiam a medida, respectivamente.

Entre evangélicos, 65% acreditam que a mulher deve ir para prisão por abortar, e apenas 29% discordam. Já entre os ateus, os favoráveis à punição são somente 17% -83% são contrários.

CONGRESSO

Para a cientista social Jolúzia Batista, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), o aumento do apoio dos brasileiros à descriminalização do aborto se deve, em parte, ao avanço da PEC 181 na Câmara.

A proposta de emenda constitucional, que reacendeu o debate em novembro, poderia restringir o aborto mesmo em casos hoje legais, como estupro e risco de morte da mãe. A PEC trata de licença-maternidade, mas deputados incluíram um artigo que altera a Constituição e determina que a vida começaria na concepção.

Atualmente, a proposta tem poucas chances de avançar na Câmara, já que o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que não deve pautá-la. Mesmo que siga para votação, precisaria ser aprovada em dois turnos com 308 votos -o que líderes partidários consideram difícil- e depois teria que ser aprovada duas vezes no Senado.

“O esforço dos parlamentares em retirar os direitos que já conquistamos, em específico o permissivo para aborto legal no caso de estupro, foi um tiro que saiu pela culatra. Abriu o debate e permitiu que as pessoas entrassem em contato com esse tema”, diz a cientista social.

Para a advogada e pesquisadora da Anis -Instituto de Bioética, Gabriela Rondon, a PEC pode gerar “insegurança jurídica”. “Impedir o avanço da proposta neste ano foi uma vitória bastante

importante.”

MOVIMENTO

Já a professora de biologia da UnB e presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida, Lenise Garcia, defende a PEC. Para ela, a proposta não impediria o aborto nos casos já previstos em lei.

“O nosso Código Civil faz menção ao direito à vida desde a concepção, e o Código Penal já considera o aborto um crime. Então não é uma modificação, simplesmente torna mais explícito e mais difícil uma interpretação em outro sentido, principalmente por parte do STF”, afirma.

Segundo ela, o movimento é contrário ao aborto, mas não reivindica alterações em relação aos casos já legalizados. “O aborto nunca é a melhor solução, nem para a criança nem para mãe. Mas uma mulher que foi estuprada e faz o aborto não tem que ser punida por isso”, diz.

O presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, Hermes Rodrigues Nery, aprova a ideia da PEC. “A vida deve ser valorizada, acolhida, protegida e amada desde o primeiro instante, da concepção até a morte natural”.

Além da PEC 181, há outros projetos sobre o tema. O CFEMEA destacou seis que considera mais preocupantes para o movimento feminista.

“Tem 4 PECs e 2 PLs [projetos de lei] que são muito arriscados e significam um retrocesso total, estamos em alerta máximo. Esses projetos ameaçam os três casos em que o aborto é permitido no Brasil: para feto anencéfalo, estupro e risco de vida da mãe”, afirma Jolúzia Batista.

SUPREMO

Movimentos de ambos os lados também estão de olho no Supremo Tribunal Federal, onde duas ações sobre o tema podem ser julgadas. O STF já decidiu anteriormente que o aborto de anencéfalos não é crime e, em 2016, julgou um caso específico de habeas corpus, que revogou a prisão preventiva de cinco acusados de trabalhar em uma clínica clandestina.

Na ocasião, a primeira turma do STF entendeu que o aborto até três meses de gestação não era crime. A decisão vale apenas para o caso em questão, mas foi considerada um passo à frente na descriminalização do aborto.

Atualmente, o tribunal pode julgar a possibilidade de aborto em casos em que a mãe seja diagnosticada com zika, bem como a descriminalização nas 12 primeiras semanas de gestação. “Criminalizar só aumenta o medo, o risco e a gravidade da prática, porque as mulheres continuam fazendo. Criminalizar piora até o levantamento de informações sobre o aborto e reduz as possibilidades de prevenção, porque torna o tema um tabu”, diz a cientista social.

Já professora de biologia da UnB afirma que as 12 primeiras semanas são um “limite arbitrário”. “Não há embasamento científico para isso, não há diferenças significativas entre uma semana e outra. O ser humano surge na fecundação, quando as características genéticas são definidas”.

42% das mulheres relatam ter sofrido assédio sexual, aponta Datafolha

Eram 5h40, ainda estava escuro. Maria, 45, caminhava as três quadras diárias até seu carro para mais um dia de trabalho quando um homem de moto parou ao seu lado.

(Folha de S. Paulo, 23/12/2017 - acesse no site de origem)

“Eu quero você”, disse, sem rodeios, e começou a atirar dezenas de notas de dinheiro em sua direção. “Faz um boquete que eu te dou toda essa grana”, ele falou. Depois desceu da moto e tocou em seus seios e em sua genitália. Só a soltou quando ela começou a chorar e implorar para que parasse.

Maria, que teve seu nome alterado para não ser identificada, não foi a única vítima desse assediador. “O guarda da rua disse que depois ele fez isso com mais cinco pessoas”, conta ela. Tampouco foi a primeira ou a última vítima de assediadores no país.

Quatro em cada dez brasileiras (42%) relatam já ter sofrido assédio sexual, aponta pesquisa nacional do Datafolha -com 1.427 mulheres entrevistadas e margem de erro de dois pontos percentuais.

Para especialistas e representantes de grupos feministas, o número não surpreende. Elas dizem, inclusive, que a quantidade real de vítimas deve ser maior, mas que há receio delas de contar e também falta de percepção do que é assédio ou não.

“O assédio sexual tem um problema que é a falta de entendimento de que ele é uma violência. As mulheres vivenciam isso, mas entendem que é algo que faz parte de ser mulher. Essa identificação precisa ser trabalhada”, afirma Juliana de Faria, fundadora da ONG Think Olga.

Os dados ligados ao tema costumam variar em diferentes pesquisas. Um estudo feito em 2016 pela organização ActionAid, por exemplo, mostrou um índice ainda maior: 86% das 503 brasileiras entrevistadas já haviam sofrido assédio em público.

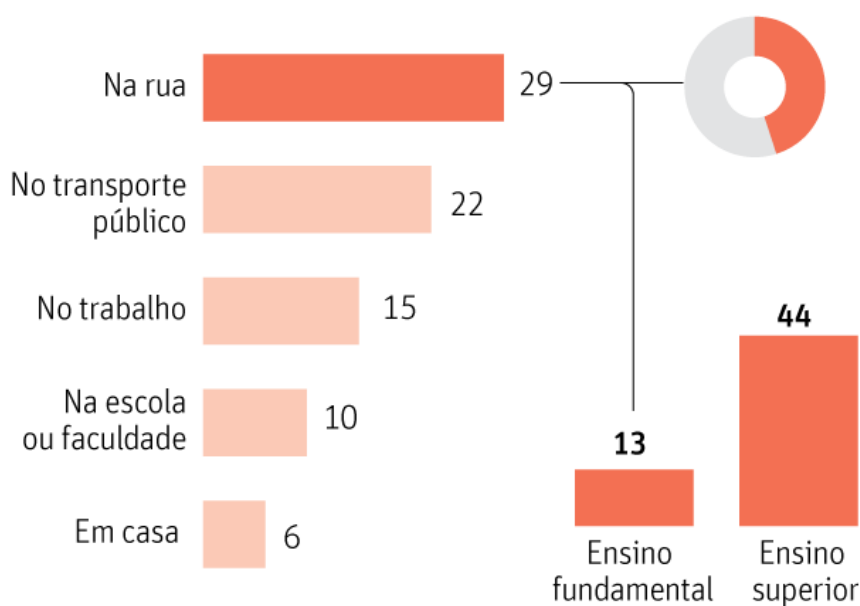
ASSÉDIO NO BRASIL

% de mulheres que dizem já terem sido assediadas sexualmente



Um terço delas relata já ter passado por isso na rua, e um quinto, no transporte*

Índice sobe para 45% entre as mulheres de 16 a 24 anos



*Uma entrevistada pode ter sofrido assédio em mais de um lugar

Fonte: Pesquisa Datafolha que entrevistou 1.427 brasileiras com 16 anos ou mais, nos dias 29 e 30.nov, com margem de erro de 2 pontos percentuais

LOCAL, RENDA E COR

O levantamento do Datafolha mostra que um terço das mulheres (29%) conta ter sido assediada na rua, e um quinto (22%), no transporte público. O trabalho é citado por 15%, a escola ou faculdade, por 10%, e a violência em casa, por 6%. Uma mesma entrevistada pode ter relatado mais de um tipo de assédio.

Além das mais novas, quem sente mais o problema são as mais escolarizadas e as que têm maior renda familiar. Segundo a promotora Maria Gabriela Manssur, isso pode ser explicado

principalmente pelo acesso à informação.

“A falta de campanhas educativas, de acesso à Justiça e de coragem para denunciar entre as mais pobres influencia. Elas podem perder o emprego, além de sofrer um julgamento social ainda maior.”

A delegada Sandra Gomes Melo, chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, ressalta que, apesar de haver uma diferença nos tipos e locais de violência, todos os estratos de mulheres sofrem assédio.

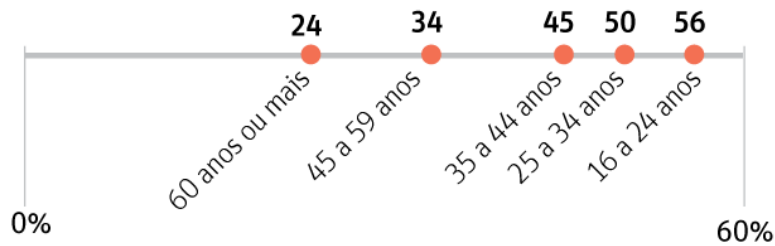
“A violência não escolhe só a pobre, só quem tem escolaridade, só a mais nova. Talvez a mulher rica não vá sofrer tanto nos meios de transporte, porque não usa, mas vai sofrer no trabalho, por exemplo.”

A cor da pele, porém, é um fator influente. Entre as pretas e pardas, aproximadamente 45% dizem já ter sido assediadas, ante um índice de 40% entre as brancas.

“A mulher negra, como é hipersexualizada, sofre um assédio mais incisivo. O local dela não é o da beleza, é o de suprir necessidades carnavais. Há uma dupla discriminação”, diz a advogada Thayna Yaredy, que é negra e representante do coletivo Rede Feminista de Juristas.

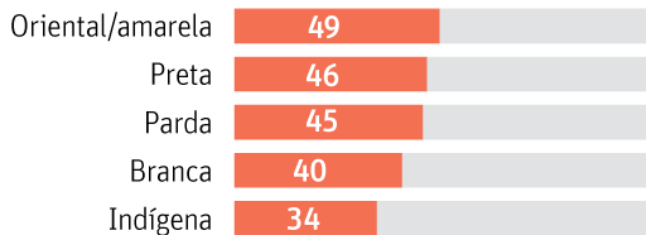
A pesquisa também indicou aumento nos relatos de assédio conforme o tamanho da cidade. Nos municípios com até 50 mil habitantes, 30% dizem ter sido vítimas, enquanto nos que têm mais de 500 mil moradores a taxa sobe para 57%.

QUANTO **MAIS NOVA**, MAIOR O ASSÉDIO

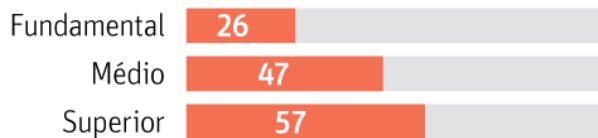


O PROBLEMA É **MAIS SENTIDO...**

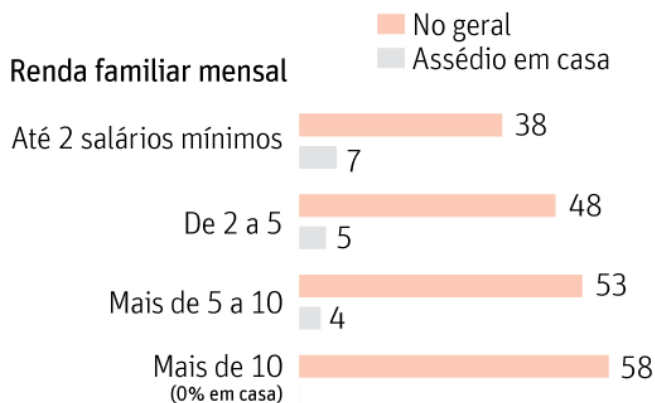
Pelas orientais, pretas e pardas



Pelas mais escolarizadas



Pelas mais ricas, exceto em casa



CAMINHO DAS PEDRAS

Para estudiosas do tema, o combate ao problema passa inevitavelmente pela conscientização da população -tanto de homens quanto de mulheres- e por uma mudança na abordagem pelo poder público, seja nas polícias, na Justiça ou entre os legisladores.

O Código Penal só considera crime o assédio sexual quando há uma relação hierárquica entre as partes. A cantada na rua, por exemplo, é tida como contravenção penal, sujeita a multa. “Existe esse vácuo entre a importunação ofensiva ao pudor e o estupro”, diz a promotora Maria

Gabriela Manssur.

Dois projetos de lei que tramitam no Congresso pretendem preencher esse “vácuo” criando um novo tipo penal. Eles propõem no mínimo dois anos de prisão para quem constranger, molestar ou importunar sexualmente alguém, mesmo sem contato físico. Aprovados no Senado em outubro, os textos de autoria de Humberto Costa (PT-PE) e Marta Suplicy (PMDB-SP) agora estão na Câmara.

Juridicamente, o assédio que Maria sofreu ao ser abordada pelo motoqueiro é [estupro](#), já que foram cometidos “atos libidinosos” por meio de ameaça -mesmo que não tenha havido “conjunção carnal”.

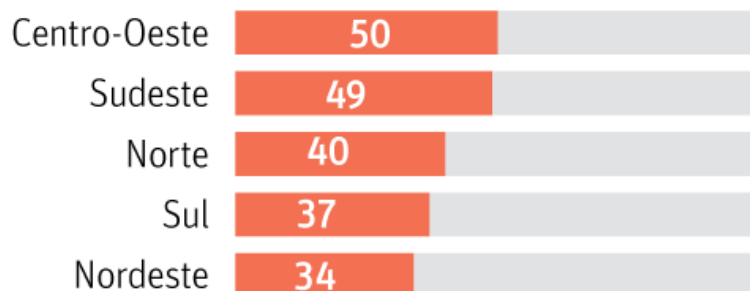
Apesar das piadinhas que ouviu na delegacia, pelo menos desta vez ela foi denunciar. A situação 13 anos atrás foi diferente. Por mais de uma década, ela guardou para si o fim de tarde em que foi arrastada para debaixo de um viaduto e [estuprada](#) por um desconhecido.

Hoje, todos os dias ela pega carona com uma vizinha para percorrer os três quarteirões entre sua casa e seu carro. Seu filho, de dez anos, a acompanha a todo lugar.

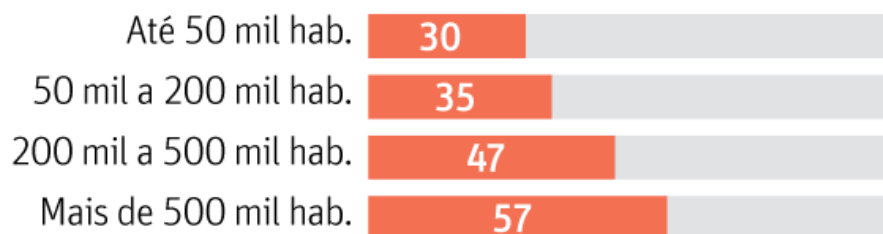
*

O PROBLEMA É **MENOS SENTIDO...**

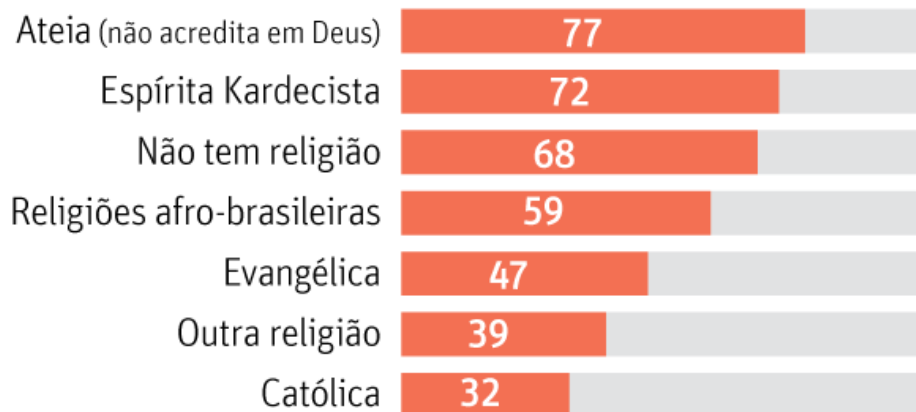
No Nordeste e no Sul



Em cidades menores



Entre as católicas



Fonte: Pesquisa Datafolha que entrevistou 1.427 brasileiras com 16 anos ou mais, nos dias 29 e 30.nov, com margem de erro de 2 pontos percentuais

9 mulheres dividem histórias de abuso

sexual

No Brasil, 4 a cada 10 mulheres SOFRERAM abuso sexual no último ano. Apesar de cotidiana, essa violência ainda é vista como rara e ocasional

(Cosmopolitan, 23/10/2017 - acesse no site de origem)

Você acompanhou e se indignou conosco: nos dias 29 e 31 de agosto, dois homens se masturbaram e ejacularam sobre passageiras em ônibus de São Paulo e Rio de Janeiro. Um deles, Diego Ferreira de Novais, dono de um histórico de sucessivos crimes sexuais, repetiu o ato poucos dias depois e, só então, foi preso. Em casos assim, em que falha e tarda, a Justiça agride a vítima que deveria acolher. Isso precisa mudar, assim como a visão do Brasil sobre o que é violência sexual (no dia em que fechávamos esta edição, mais um homem foi preso em Sorocaba, no interior de São Paulo, por ejacular em uma mulher no transporte público).

Vale começar derrubando mitos. “A mulher tem parte da culpa” é o primeiro deles. “Só ocorre em beco escuro” é outro. Assédios e estupros acontecem todos os dias, em locais públicos e ditos seguros. Uma pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgada em março aponta que 40% das mulheres declararam terem sido vítimas de assédio sexual no último ano. Outro estudo, feito pelo Instituto Locomotiva, apurou que 84 milhões de pessoas conhecem uma mulher que foi beijada à força no mesmo período. Os abusos são feitos pelas mãos de chefes, familiares, médicos e outros homens que ignoram a regra mais básica do sexo: o consentimento. Leia a seguir o depoimento de nove mulheres que dividiram suas experiências com a COSMO e, antes de julgar, se coloque no lugar delas.

Consulta traumática

“Ele era o médico das minhas colegas. O consultório ficava ao lado do meu trabalho e as primeiras consultas foram perfeitamente normais. Na terceira, porém, tudo mudou. Ele pediu que eu passasse à maca e, desta vez, não chamou a secretária para acompanhar. Examinou meus seios e, quando fiz menção de vestir o avental para subir na balança, me interrompeu: ‘Não precisa, vem direto’.

‘Você está emagrecendo’, observou. ‘Vire de costas.’ Estava mesmo, tratava um hipotireoidismo, e ele estava a par. Perguntou se eu me exercitava. Respondi que lutava kung fu e o vi sorrir. ‘Com você, então, não posso mexer.’ E emendou: ‘Os meninos lá não te acham gostosa?’

Fiquei bem desconfortável e disse: ‘Me respeitam muito’. Mas ele não parou. Sob pretexto de avaliar a elasticidade da minha pele, passou a mão de leve sobre as nádegas. Comentou as tatuagens das minhas costas e então falou dos meus seios, que haviam mudado de formato pela perda de peso. O avanço foi gradual e sempre com a desculpa de estar me examinando. ‘Estão pequenos, mas enchem uma mão. Dá até vontade de morder. Posso?’

Estava nua e paralisada, de pé sobre a balança. Só atinei a dizer ‘não’. ‘Por quê?’, ele insistiu. ‘Porque você é meu médico.’ Minha voz saiu baixinha, estava realmente chocada. De repente, ele pareceu incomodado e encerrou a consulta. Me vesti, atônita, e saí da sala ignorando a secretária, que me esperava para agendar o retorno.

Passei os primeiros dias em choque. Poderia ter quebrado o dedo dele, sei fazer isso, mas fiquei impotente. Então, senti raiva e vergonha. Por que não reagi? Não falei do episódio para ninguém e ignorei minha saúde por três anos. A ideia de pisar num consultório novamente me travava. Retomei o tratamento que havia começado com ele poucos meses atrás, com uma ginecologista mulher.” Marcela*, 33 anos, psicóloga.

Reações diferentes

“Fui assediada pela primeira vez no transporte público, nove anos atrás, num ônibus que ia no sentido da movimentada Avenida Rebouças, em São Paulo. Estava de pé, e o agressor, atrás de mim, naquela fileira que se forma no meio do corredor quando o veículo está realmente lotado. Comecei a sentir algo quente encostar no meu corpo, na bunda. Passava, parava, depois passava de novo. Tentei evitar o incômodo indo um pouco mais para a frente — o pouco que podia, afinal o ônibus estava muito cheio. Também tentei me mexer e mudar o ângulo do corpo, mas não adiantou. De novo, algo quente passou pela nádega. Me irritei e virei para trás bruscamente, pronta para resolver a situação, mas não imaginava o que veria. O pênis do homem estava saindo para fora da calça, ereto. Gritei: ‘Que porra é essa?’ Ele não respondeu. Minha colega, que estava ao meu lado, viu a cena e começou a xingá-lo. Ele apertou o botão para descer e passou a nos chamar de loucas, dizendo que não tinha feito nada. Só quando ele saiu e comecei a chorar é que os outros passageiros se solidarizaram e me perguntaram se eu estava bem.

A segunda vez foi quatro meses atrás, num sábado de manhã, enquanto ia para um curso. Estava perto da porta e, mais uma vez, o ônibus estava repleto. Havia algumas pessoas perto de mim, se preparando para descer. Olhava para fora e estava distraída, com fones de ouvido. De repente, senti um calor sobre a virilha. Da rua, meu olhar foi diretamente para baixo e, aí, vi a mão do homem avançando para minha genitália. Desta vez, não tive dúvida, dei um soco nele e comecei a xingá-lo em voz alta. As mulheres que estavam ao redor se uniram para socá-lo. Foi uma grande diferença em relação ao primeiro assédio.” Gabriela Ananias, 31 anos, pedagoga.

Ferida de família

“Tinha 10 anos quando meu padrasto disse que me faria um carinho. Era de dia e estávamos sozinhos em casa. Ele disse que era melhor minha mãe não saber, pois ela não entenderia e ficaria com ciúme. Então ele colocou a mão embaixo da minha roupa, no peito e, depois, no bumbum. Fiquei paralisada, sem saber como agir. Queria que aquilo parasse, mas não sabia como. Só consegui ficar quieta e dura.

Depois, sempre quando minha mãe não estava em casa, ele vinha com o mesmo papo, a mesma mão. Aquilo me deixava confusa, pensando se era carinho ou não. Incomodada, não tinha outra reação a não ser ficar rígida. Quantas vezes isso ocorreu? Não sei dizer. Tampouco consigo me lembrar de como as investidas terminavam. Sei que cresci e passei a tratá-lo como inimigo. Brigávamos muito.

A parte mais difícil é não conseguir falar sobre o abuso com ninguém, nem com psicólogos nem com minha mãe — ela até hoje não sabe. Já me disseram que algo travou na minha memória dessa época. Mas, por mais que tente, as palavras não saem. Minha mãe segue casada com ele e, quando o vejo, sinto uma mistura de sentimentos fortes, como uma invasão. Odeio

cumprimentá-lo com contato físico. Queria que ele desaparecesse, mas não consigo falar nada.” Clara*, 30 anos, estilista.

Abuso de chefia

“Vivi três anos de assédio constante do meu chefe direto. A empresa onde eu trabalhava, uma grande farmacêutica, me demitiu assim que soube da situação. Foi um preço alto a pagar por um problema que tentei contornar sozinha, me esquivando.

Era propagandista médica e meu trabalho incluía visitas a clientes, almoços e eventos. Esse chefe passou a usar o tempo fora do escritório para colar em mim. Disse que estava apaixonado. Neguei qualquer interesse, mas ele nunca parou. Toda vez que entrava no meu carro, tentava me beijar. Quando viajávamos a negócios, ia até a porta do meu quarto e pedia para entrar. Mexia no meu cabelo durante o trabalho e, quando comíamos juntos, insistia em me dar comida na boca. Era nojento.

Ele dizia que deixaria a mulher por mim, eu respondia que não queria nada daquilo. Foram três anos de avanços sistemáticos que constrangeram toda a nossa equipe. Um dia, uma colega decidiu dar um basta e relatou a situação à diretoria. O chefe foi demitido e, pouco depois, eu e ela também. De repente, vi que teria apenas a nossa palavra para buscar justiça e desisti de processá-los. Hoje, penso que deveria ter filmado tudo e botado a boca no trombone logo de cara.” Cristiane Katrip, 47 anos, administradora.

Assédio no ônibus

“Vestia calça jeans e a camiseta do uniforme. Tinha 16 anos e subi no ônibus de volta da escola no terminal da Lapa, em São Paulo. Sentei no banco do corredor. De repente, percebi que o rapaz loiro que me olhava desde a fila entrou no mesmo veículo e parou de pé exatamente ao meu lado. Assim que o ônibus andou, ele jogou a jaqueta por cima do braço, para disfarçar, e começou a alisar meu ombro. Fiquei em choque. Fui me inclinando na direção oposta, quase caindo sobre a pessoa à minha direita. Sem falar nada, me mexi até que ele tirou a mão de cima de mim. Foi sentar em um banco vago.

Decidi que não desceria no ponto da minha casa. Estava num misto de medo e confusão. Era muito nova e nunca tinha passado por nada parecido. Desembarquei alguns quarteirões antes e, para meu desespero, ele desceu logo atrás. Me abordou dizendo: ‘Oi, qual o seu nome? Você é muito bonita’. Respondi, mas logo avisei que não falava com estranhos. Ele veio andando e insistindo, dizendo que queria falar comigo. Sem saber mais como agir, fui até minha escola de inglês e menti que ia para a aula. Ele me seguiu até lá dentro. Eu já não sabia mais o que fazer, e acabei dizendo que tinha namorado e que precisava entrar na aula. Finalmente, ele foi embora e fiquei esperando o tempo passar. Foi aí que pensei: deveria ter gritado, estapeado o sujeito, ignorado suas perguntas. Na hora, não pude fazer nada disso.” Renata de Mello, 28 anos, fiscal municipal.

Agência cúmplice

“Vivia um momento ótimo na carreira em maio de 2016. Havia acabado de voltar a João Pessoa, minha cidade natal, e coordenava, pela primeira vez, a conta de um cliente numa agência de publicidade, que era famosa pelas festas intensas. Numa delas, o diretor de criação me puxou para dentro do banheiro, trancou a porta e anunciou: ‘Vou te comer’. Respondi que não, assustada. Ele insistiu no sim; eu, no não. Ficou bravo, abriu a porta e me empurrou para

fora. Esperava uma carona desse sujeito para a casa de amigos, onde a festa continuaria, e já passava da 1 da manhã quando finalmente saímos.

Faltando três quarteirões, ele estacionou e veio para cima de mim. ‘Vou te comer agora.’ Começou a me segurar e rasgou minha calcinha (eu estava de saia). Continuei dizendo que não e tentei me desvencilhar. Era meu colega e, por isso, argumentei como pude. Disse que ficava com o amigo dele, o que era verdade, e que o rapaz nos esperava. Mesmo assim, ele me penetrou.

Você nunca acha que uma coisa dessas vai acontecer com você. Não soube como reagir. Cheguei à tal casa abraçada às minhas sacolas e, assim que entrei, desabei a chorar. Na segunda-feira, antes de sair para a agência, senti o corpo tremer e tive outra crise de choro. Tentei me recompor no trabalho, mas, quanto mais tentava me segurar, pior era. Vomitei muito nas semanas seguintes. Pedi ajuda a uma amiga, que me disse: ‘Você foi estuprada’. Foi quando a ficha caiu. Por isso me sentia tão mal e tinha parado de produzir. Falei com o diretor da agência e fui sabatinada pela diretoria completa.

O estuprador foi afastado, mas voltou três meses depois, sem que ninguém me avisasse ou desse qualquer explicação. Voltaram minhas crises de pânico, dessa vez mais fortes. O via todos os dias e não conseguia respirar nem raciocinar. Pedi demissão e falei o motivo. Ouvi do diretor: ‘Não posso fazer nada’.” Joana*, 25 anos, redatora publicitária.

Na rua movimentada

“Foi o comentário machista de um tio que me fez quebrar quatro anos de silêncio. ‘Tem algumas que pedem’, disse, e eu explodi. Falei o que tinha ocorrido em 2011, enquanto andava numa rua movimentada de Santo André, na Grande São Paulo, de moletom e camiseta, rumo ao jornal onde fazia meu primeiro estágio. Senti duas mãos me pegando pela cintura e, por um segundo, achei que fosse um amigo. O homem anunciou um assalto, disse que estava armado e me abraçou. Eu só tinha 10 reais, ele seguiu andando agarrado em mim.

De repente, o cara me empurrou para o barranco que separava a calçada da avenida abaixo. Tentei fugir, ele me puxou e caí. Ele dizia: ‘Se gritar, vai morrer’. Foi rápido, algo entre cinco e dez minutos, mas para mim pareceu uma eternidade. Tentava me desvencilhar e ele segurava meus braços, travando meu corpo com o dele, por cima. O mato denso do lugar nos fez desaparecer da vista dos transeuntes.

Num dos movimentos, consegui liberar a mão, tateei seu tronco e confirmei que não estava armado. Gritei. Ele só disse: ‘Não era para gritar’ e saiu correndo. Estava com as calças abaixadas e havia puxado as minhas até o joelho. A polícia pegou meu telefone e nunca me ligou. Fiquei com uma luxação no braço e um trauma para a vida.” Daniela, 28 anos, jornalista.

Droga na balada

“Foi no Carnaval deste ano, no galpão da escola de samba Rosas de Ouro, em São Paulo. O ingresso custou caro, havia segurança e controle de pulseira na porta. Lá, nesse lugar onde me senti segura, conheci um cara bonito, com cabelo escuro e barba. Lembro que era branco, que falava com sotaque gaúcho e que nos beijamos. E só. Depois disso, a noite é um grande branco na minha memória.

Acordei numa casa desconhecida. Segundo o agressor, gritei e chorei tanto que ele desceu à

sala e chamou minha prima, que havia ficado com o amigo dele. Ele ainda disse a ela que eu era louca e retardada. Minha prima me encontrou desacordada e começou a me vestir. Minhas lembranças começam aí: despertei, vomitei e quis ir embora.

Chegando em casa, vi os roxos nas minhas pernas, principalmente nos joelhos. E senti a genitália doer. No banho, a vulva ardia, o ânus doía demais. Entendi o que havia ocorrido e fiquei sozinha no quarto, decidida a poupar minha mãe dessa história. Conteí o episódio a uma amiga e ela me sugeriu ir ao Hospital Pérola Byington, referência na acolhida de vítimas de violência sexual.

Me deram contraceptivo de emergência, vacinas e o coquetel anti-HIV. Os remédios me acompanharam ao longo de um mês e acabaram com meu organismo. Senti vertigem e dor de estômago, fiquei pálida e faltei no trabalho algumas vezes. Tudo isso enquanto cuidava dos meus machucados e absorvia o que tinha vivido.

Cresci numa família que tratou primos e primas de forma igual e não conhecia o machismo assim. Hoje, vejo que a dor física passou, mas a vontade de vingança não. Sinto muita raiva ainda. Quebrei o celular do namorado de uma amiga porque ele falou uma besteira machista. E perdi minha autonomia. Tenho 23 anos e não consigo sair sozinha de casa à noite.” Paula*, 23 anos, estudante de administração.

Marido da amiga

“Coordenava uma equipe de e-commerce numa empresa familiar e tinha 27 anos quando fiquei bem amiga de uma nova funcionária. Combinamos de ir ao Opinião, um bar conhecido de Porto Alegre, e topei quando ela me ofereceu uma cama na sua casa. Morava longe e o favor vinha bem. Bebemos e, depois da festa, me lembro de ter deitado de calcinha e sutiã no quarto que me cederam. De manhã, pedaços do que parecia um sonho apareceram na memória: o sutiã se arrebetando; alguém me pegando por trás e dando três golpes bruscos; a visão de um vulto sob a porta. Saímos juntas para trabalhar.

No fim de semana, visitava minha mãe no interior quando recebi uma mensagem da amiga. Ela ‘sabia’ do ocorrido. Me acusou de transar com o marido e, aí, os flashes de lembrança voltaram com força. Telefonei alarmada: ‘Ele me estuprou’. Ela se apressou em desligar e, em seguida, alegou que eu havia inventado a história por ciúme.

Fiquei chocada. O policial da delegacia me orientou a fazer a denúncia na capital. Peguei o primeiro ônibus e fui direto a uma delegacia da mulher. ‘Se fosse um estupro mesmo, ela teria deletado essa foto com o marido’, disse a delegada enquanto via o perfil de Facebook do casal. Registreí o B.O. e fui ao Hospital de Clínicas chorando.

Lá, depois de ler a ocorrência, a médica avisou que não tinham os remédios para vítimas de estupro. Fui a outro hospital e consegui ser atendida, não sem antes ouvir da enfermeira que talvez eu pensasse melhor antes de beber de novo. Passei um mês de horror com os efeitos do coquetel antirretroviral e precisei de tempo e informação para entender quantas irregularidades a polícia e os hospitais cometeram. Essa segunda violência, do Estado, ainda me choca.” Lorena*, 31 anos, funcionária pública.

* os nomes foram trocados a pedido das entrevistadas.

Cultura ou Estupro? Uma em cada três mulheres sofre violência no Brasil (Datafolha), por Viviane Vaz

Afinal a violência contra a mulher é uma questão de 'cultura' ou um ato criminoso? Conceituar apenas como cultura absolve o agressor? O que as vítimas sentem? O termo "cultura do estupro" vem sendo usado com mais frequência pelos movimentos feministas, e este artigo aborda a origem desse termo, bem como as consequências que um ato de violência gera na vítima, elencando atitudes que demonstram uma cultura baseada na desigualdade de gênero, e ainda sugere para o leitor uma série de atitudes que podemos ter para combater esse tipo de cultura.

[\(Capital News, 20/10/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Representada por uma crença que livra o autor do estupro e transforma a vítima em réu de questionamentos sobre seu comportamento, o termo "cultura do estupro" foi definido no início dos anos 70 nos Estados Unidos. Segundo o site da Marshall University Women's Center, é caracterizado por um ambiente em que prevalece a violação, onde a violência sexual é normalizada e desculpada na mídia e na cultura popular. Através do uso da linguagem misógina (discurso de ódio, desprezo ou aversão à mulher), da coisificação da figura feminina, do glamour da violência sexual, e de uma sociedade que cultua o fetiche da satisfação sexual a ponto de ignorar os direitos e a segurança das mulheres. A maioria das mulheres e meninas limitam seu comportamento por causa da violação, com medo da violência. Homens, em geral, não. Assim caminha a dinâmica da violação, a cultura do estupro se apresenta como um meio imposto, pelo qual toda a população feminina é mantida em uma posição subordinada à população masculina, embora muitos homens não estuprem e muitas mulheres nunca sejam vítimas. No contexto, vale incluir o triste fato de que meninas entre 7 e 12 anos sejam as maiores vítimas dessa cultura, com traumas imensuráveis e amplas consequências para a existência. As possíveis consequências para as vítimas da violência sexual são: Sequelas físicas (marcas, dores, DST), Dificuldades de ligação afetiva, Dependência química, Auto-estima fragilizada, Auto-imagem distorcida, Intenção de suicídio, Condutas agressivas, Doenças psiquiátricas, Insônia ou sono perturbado e Sentimento de culpa, medo, raiva, vergonha.

O silêncio e a sentença social das vítimas como culpadas são alguns dos trágicos desdobramentos deste ciclo de medo, cujo legado: é uma cultura de violação estabelecida. *"A droga é algo que tem mais valor que uma mulher. A droga você cuida, se cai um restinho você vai lá e pega. A mulher não, é um lixo, um trapo rasgado, totalmente sem valor, como se não tivesse sentimento, totalmente impotente. Resumindo: é a coisa mais desprezível."* (relato de uma sobrevivente de violência sexual)

Em maio de 2016, um crime grave choca o país. Na cidade do Rio de Janeiro, uma menina de 16 anos sobrevive a um estupro coletivo. A repercussão é grande, com o fato da crueldade dos autores da violência filmarem as partes íntimas da vítima e fazerem sátiras acerca da menina - que, segundo as investigações, foi violentada por 33 homens armados. Polêmicas foram

alimentadas por conta de a moça apresentar traços de uma vida promíscua, visual provocante, uso de entorpecentes e, sobretudo, por não ter sido a autora da denúncia. Pré-julgamentos a respeito da situação multiplicaram-se, como se o crime não fosse de responsabilidade dos acusados. *“Foi horrível [prestar depoimentos], porque eles me culpam por uma coisa que eu não fiz. Ficaram perguntando por que eu estava lá, se eu tinha envolvimento, se já tinha feito sexo grupal. O delegado estava querendo me botar como culpada de todas as formas. Aí, eu parei de responder às perguntas, porque eu não era obrigada”*, disse ela, em entrevista ao programa “Domingo Espetacular”, da Record. A adolescente foi acolhida em um programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte. Ela e a família deixaram a casa onde viviam na zona oeste da capital fluminense.

A história da Paula (nome fictício) relata quão dolorida é a trajetória de quem sofreu por tantos anos com estupros que foram silenciados. *“Primeiramente eu acho que a opinião das pessoas por nós não vai mudar. Porque a sociedade vê assim: primeiro vem o ladrão, em segundo lugar o assassino e depois a prostituta, infelizmente. Eu nasci num lar no começo até legal, daí meu pai começou a se envolver com espiritismo e ficou ainda mais agressivo, começou a estuprar eu e minha irmã mais velha. Depois caí na mão de um pedófilo mais velho e aos 14 anos casei com ele. Antes eu tava acostumada a ser tratada a pontapés, surras e estupros, mas ele me dava presente, eu era tratada como uma princesa. Vivi bastante tempo com ele, mas ele usava e abusava de mim e só fui perceber isso depois que me tornei uma mulher. Fui procurar emprego, mas não consegui porque tenho só até a terceira série. Foi quando comecei a me prostituir, de lá até então eu já passei treze anos trabalhando como prostituta. Essa vida é tão obscura que hoje eu tenho depressão, bipolaridade, um monte de problema aí. Perante a sociedade eu comecei a me excluir e preferi me tornar invisível, porque não quero me tornar parte desse mundo podre que a gente vive. O homem pra mim é uma figura horrível. E a forma que eu vejo o sexo? Tem a visão que aprendi na igreja que o sexo é pra ser bonito, prazeroso e cúmplice um do outro, mas eu acho que é o mal do século. Tá levando a perder conceitos, princípios, família. E mesmo eu tendo levado uma vida toda promíscua, de fazer sete programas numa noite eu ainda acho um absurdo você ver na esquina uma guriuzinha de treze anos com a bunda pra cima, rebolando, dançando aqueles funk, um absurdo.”*

Segundo o Datafolha (2016) 20,4 bilhões de mulheres sofreram assédio com palavras, 5,2 milhões sofreram assédio com toque físico em locais públicos, 2,2 milhões sofreram assédio sexual, 52% das mulheres se calam diante das violências sofridas, 11% fazem a denúncia, 13% falam para a família. O Brasil é o 5º no ranking mundial em homicídios de mulheres: 4,8 em cada 100 mil mulheres. (OMS)

As leis brasileiras afirmam que: *“Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos com ou sem consentimento”* é considerado Estupro de vulnerável. E que o crime de violência sexual contra maiores de 18 anos pode ocorrer por ‘contatos físicos (carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal com pênis ou objetos), masturbação forçada, dentre outros; e sem contato físico como: exposição obrigatória de material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada’.

São exemplos de atitudes identificadas na cultura do estupro:

- A culpa é da vítima - “ela pediu isso!”;
- Banalização da prática sexual;
- Humor sem escrúpulos;
- Tolerância ao assédio sexual;

- Preconceito contra uma vítima e suas atitudes;
- A indústria cultural que lucra, utilizando-se da violência gratuita, de banalizações da sexualidade e de imagens femininas em músicas, publicidade, teledramaturgia e afins;
- Afirmação da masculinidade como dominante e sexualmente predadora;
- Feminilidade como submissa e sexualmente passiva de consumo;
- Estímulo para que os homens sejam agressivos;
- Erotização precoce de meninas para que sejam sensuais;
- Mito de que meninas pedem para ser violadas;
- Princípio equivocado de que o pai tem pleno direito sobre o corpo de seus filhos;
- Duvidar do relato de uma vítima, especialmente quando é muito jovem, tardando a denúncia;
- Ensinar as mulheres a evitarem o estupro, ao invés de ensinar os homens a não as violarem;
- A menção de que apenas mulheres promíscuas são estupradas;
- Crença de que homens não são estuprados ou que apenas os fracos sejam;
- Justificar uma violação como iniciação sexual.
- Abandone estereótipos que possam moldar suas ações e definir sua masculinidade ou feminilidade;
- Envolve-se! Influencie e colabore para o fim da violência contra as mulheres e seja um agente da paz e respeito ao ser humano.

Segundo o Datafolha (2016) cerca de 1,4 milhão de brasileiras foram espancadas no ano de 2016 e 1% delas levou, no mínimo, um tiro. Para mudar esse quadro, sugerimos 10 atitudes para combater a cultura do estupro:

1. Evite o uso de falas que denigram a mulher;
2. Nunca atribua culpa à vítima;
3. Posicione-se diante de uma piada ofensiva ou de uma violação trivial;
4. Diante de um relato de violência, seja solidário;
5. Pense criticamente nas mensagens da mídia sobre mulheres, homens, relacionamentos e violência;
6. Seja respeitoso com o espaço físico dos outros, mesmo em situações casuais;
7. Estabeleça uma comunicação saudável com parceiros sexuais baseada em respeito mútuo e consentimento plenos;
8. Respeite o tempo que cada um leva para definir o momento e a forma de sua iniciação sexual;
9. Proteja os direitos dos menores de 14 anos diante de qualquer ato libidinoso, visto que é considerado estupro de vulnerável;
10. Se você tem filhos, ensine-os a respeitar seu próprio corpo e o corpo do outro.

As organizações internacionais de direitos humanos, acreditam que é possível erradicar a violência através de atitudes conscientes, por isso, é necessário difundir esse tipo de informação nas várias formas de mídia. Ainda é importante ressaltar também as formas de proteção e denúncia de qualquer violência, seja ela verbal, moral, psicológica, física ou sexual, através do Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência), do Disque 100 (Disque Direitos Humanos - visa atender especialmente as populações consideradas de alta

vulnerabilidade, como crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBT, pessoas em situação de rua, quilombolas, ciganos, índios e pessoas em privação de liberdade). E também através do aplicativo “Proteja Brasil” - é possível fazer denúncias direto pelo aplicativo, localizar os órgãos de proteção nas principais capitais e ainda se informar sobre as diferentes violações.

**Viviane Vaz*

*Psicanalista, Missiologa, Escritora, graduanda em filosofia,
autora do Livro “Infância Amputada”
Coordenadora do Projeto NOVA*